

EDITORIAL

Julie Cavignac
Carlos Guilherme Otaviano do Valle
Paulo Victor Leite Lopes

Paris, 14 de julho de 1940

Senhor Marechal,

[...] Li, a imensa maioria dos franceses leu, com verdadeiro estuor, os nomes dos colaboradores que o sr. escolheu. No seu último manifesto, o senhor chamou a França para o trabalho, declarou que « o dinheiro, demasiadamente servo e instrumento da mentira, é o único meio de dominação »; prometeu que « agora o ganho ficaria sendo a recompensa da labuta, e que o dinheiro só seria o salário do esforço »; condenou a finança internacional; e o sr. escolheu para realizar essas tarefas os políticos cujo passado é refém de comprometimento, homens da finança para os quais o dinheiro será sempre o objetivo essencial da vida, gerais cujo prestígio sai destruído da tormenta. Vejo aí representantes do Banco, da grande indústria, dos grandes interesses econômicos. Busco em vão por aqueles que poderiam lhe dar notícias das necessidades da imensa maioria do povo da França, a população rural e aoperária das cidades e dos campos, o artesão, o empregado, o pequeno comerciante.

Senhor Marechal, me perdõe ao dizê-lhe que o sr. está enganado, ou melhor, que o enganam. O povo da França sem dúvida irá suportar os governantes que o senhor lhes impõe, mas não espere por uma adesão de corpo e alma como aquela que os batalhões de Verdun, marchando sob sua ordem à morte e à vitória, outrora lhe deram tão magnificamente.

Senhor Marechal, o país não está convosco, a França não está mais convosco. [...]

A liberdade não pode morrer no país que a viu nascer e que a disseminou no mundo. O dia da revolta virá. Não prepare, nem deixe por preparar este futuro horrendo. Não permita que a história associe o nome do herói de Verdun à uma obra tão funesta e tão perigosa[...]

Paul Rivet

Professor do Museum,

Diretor do museu do Homem¹

Em pleno turbilhão político, numa nova modalidade de guerra cujos inimigos são o Estado e a Nação, com os cortes orçamentários inéditos feitos na ciência e tecnologia e na educação, e os ataques sistemáticos às humanidades, é importante procurar no passado palavras que nos guiem nas nossas decisões

e posturas. A carta desesperada de Paulo Rivet ao Maréchal Pétain, escrita na data da comemoração da festa nacional que celebra a Revolução Francesa e o fim da Monarquia, parece descrever a situação que o Brasil vive em pleno século XXI. Reencontramos os mesmos sentimentos de revolta contra as desigualdades e as decisões políticas tomadas por governantes sensíveis apenas aos apelos dos detentores do capital financeiro. Rivet tinha razão, a história reservou ao Maréchal Pétain o pior lugar na memória nacional, o desprezo. O intelectual engajado, fundador do Museu do Homem em Paris e mentor da antropologia francesa, manteve as atividades da *Société des Américanistes* durante toda a Segunda Guerra Mundial, organizou corajosamente, com seus alunos, a resistência ao nazismo numa Paris vencida e ocupada pelos alemães. Cinquenta e nove anos depois, o *réseau du Musée de l'Homme* continua sendo lembrado como um exemplo de protagonismo político, apesar de ter sido desmantelado e os seus jovens participantes terem sido deportados e fuzilados.

Como ontem, as instituições de ensino e pesquisa públicas, as revistas acadêmicas, em particular as de Ciências Sociais e Antropologia, tem obrigação de se constituir em espaços de resistência ao obscurantismo, denunciar as injustiças e as situações de dominação, chamar atenção para “as necessidades da imensa maioria do povo” e produzir textos que auxiliam numa leitura crítica do mundo em que vivemos. Neste número da Vivência – Revista de Antropologia, apresentamos o dossiê “Etnografia, mapas e o fazer antropológico” que revisita a proposta e metodologia da cartografia social junto com outros aspectos mais políticos e conflitivos desta prática colaborativa. Ao utilizar as técnicas e metodologias do mapeamento participativo, os pesquisadores mostram que a antropologia contemporânea não se satisfaz apenas de elegantes reflexões teóricas. O antropólogo não procura apenas traduzir “o ponto de vista do nativo”, mas chama seus interlocutores para o centro da pesquisa e abre para o debate: são eles, seus interlocutores, os produtores ativos do conhecimento, tendo sua capacidade crítica reconhecida e levada em conta na hora da elaboração dos relatórios de pesquisa e dos artigos acadêmicos. Assim, além de ser uma potente ferramenta para o trabalho de campo, a cartografia social se transforme num instrumento político que faz surgir povos antes invisibilizados pelos olhos do Estado. Auxilia na rememoração, traduz a trajetória do grupo, serve de comprovação na hora dos embates e fortalece as demandas coletivas. Os exemplos apresentados mostram que o mapa escapa das mãos do geógrafo para tornar-se um produto social - uma objetivação do real que produz dados concretos num diálogo entre saberes tradicionais e acadêmicos. Por sua vez, o antropólogo que incorpora esse « mapa sensível » nos seus relatórios técnicos e laudos, consegue retratar a historicidade dos coletivos, as relações tecidas e os conflitos relacionados ao território tradicionalmente ocupado. Além disso, é revelador dos posicionamentos ideológicos, dos processos de ocupação territorial, das configurações sociológicas, dos conflitos abertos e latentes, mas também das solidariedades e dos projetos coletivos. É ainda um exercício de fortalecimento do grupo, pois os membros que participam da experiência devem entrar num consenso mínimo para produzir a representação cartográfica do espaço ocupado. Verificamos aqui que se trata de uma metodologia de pesquisa etnográfica bastante utilizada por sua capacidade em recuperar a memória do povoamento de um lugar, representar as dimensões espaciais das relações sociais, traçar as formas de ocupação do território, descrever as migrações ou as configurações étnicas, e ainda captar os discursos produzidos durante o tempo da elaboração da produção gráfica. Os autores mostram que o mapa se torna frequentemente um instrumento de mobilização política capaz de produzir argumentos eficazes para contestar decisões judiciais ou reivindicar direitos coletivos na hora da construção de grandes projetos de desenvolvimento. Na Argentina, nas colônias de origem europeias, na Colômbia, em São Paulo ou no Nordeste brasileiro – no sertão da Bahia e do Pernambuco, na periferia de Macaíba, no Rio Grande do

Norte, ou num bairro popular de Recife; que sejam comunidades de fundo e fecho de pasto, terras de povos indígenas (Pankararu, Kapinawá, Tuxá, Guarani Mbyá, Xukuru do Ororubá e Tapuias da Lagoa de Tapará), territórios quilombolas, os grupos objetivam seus conhecimentos, reconstrõem suas memórias e adotam a metodologia para concretizá-las em demandas para o Estado.

Além do dossiê, o número 52 da revista traz quatro artigos na seção *varia*. O primeiro, « Tensões no ensino do balé clássico: notas etnográficas », de Fernanda Ferreira de Abreu apresenta uma reflexão sobre disciplina e descontração, trabalho e lazer, dor e prazer, técnica e emoção a partir da vivência de uma aluna de academia de dança de Niterói. Na ocasião, apresenta as formas de sociabilidade lúdicas e profissionais que a aprendizagem propicia, propondo uma leitura etnográfica do universo da dança. « Preservar e resistir: a luta dos pescadores artesanais em defesa do território pesqueiro do lago do Maicá, em Santarém – Pará », descreve as estratégias que os moradores escolheram para lutar contra a construção de projetos de grandes impactos ambientais, se apropriando da legislação internacional: a defesa do meio ambiente e o direito das populações tradicionais convergem na hora das reivindicações; o combate é para poder manter as atividades de sobrevivência de modo sustentável. O artigo « Animes e otakus: um olhar do audiovisual ao grupo », traz uma perspectiva original sobre a presença dos produtos japoneses no Brasil entre os fãs da cultura pop japonesa, em particular os animes, tokusatus e mangás. A análise permite entender os impactos tecnológicos e a expansão da internet no consumo crescente de produções audiovisuais nipônicas. Estranhamente, essas criações tecnológicas participam de uma economia afetiva e provocam novos tipos de sociabilidade. O último artigo da seção « Antropologia educacional: a consolidação de uma subárea epistemológica » apresenta uma rápida revisão dos trabalhos que se situem na intersecção das duas disciplinas e propõe uma interpretação da antropologia vista da educação, aconselhando que seja adotada uma « atitude antropológica » em sala de aula. Demonstra que a antropologia, com seus métodos e suas análises teóricas refinadas, pode servir de inspiração para as outras áreas.

A partir de uma parceria com a Associação Brasileira de Antropologia, publicamos nessa edição o artigo que obteve a segunda colocação no Prêmio Lévi-Strauss na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu em dezembro de 2018 em Brasília/DF. Em « Uma cura rápida, completa, duradoura e inexplicável: a expertise médica no milagre », Lucas Baccetto descreve situações de curas milagrosas em que uma avaliação médica é solicitada para atestar a existência de uma intervenção divina ! Além de trazer reflexões oportunas aos estudos da religião e da saúde, o trabalho evidencia a potência e a maturidade com que a reflexão antropológica tem sido desenvolvida desde a graduação no país. Enfim, o número termina com uma reflexão sobre a trajetória acadêmica de uma docente do departamento de Antropologia, « De Bordeaux até o Seridó – trajetória, pesquisas e reflexões », de autoria de Julie Cavignac. É um ensaio reflexivo sobre as experiências de ensino, as atividades de extensão e a participação na administração de uma universidade que se transformou num centro de referência regional em pouco mais de 20 anos. Além de uma história pessoal, retrata o crescimento e as transformações de uma área (a antropologia), a generalização das metodologias dialogadas na condução das pesquisas, e a entrada de uma geração de estudantes em uma universidade pensada inicialmente para a reprodução das elites locais; desafios que trazem novos debates e novas configurações de salas de aula após os investimentos maciços do Estado na educação, numa região historicamente esquecida pelo poder central.

Nessa edição, aparecem vários exemplos que retratam a realidade das sociedades latinoamericanas, nas suas configurações políticas, sociais e étnicas

diversas. No Brasil, são os povos tradicionais que descobriram a « Constituição cidadã » de 1988 e agora defendem, junto com os estudantes e todas as minorias políticas, os avanços obtidos durante a primeira década do século XXI. Em pouco mais de trinta anos, emergiram novos sujeitos de direito que lutam pela defesa de bens difusos, dentre os quais está o direito de viver num território ancestral, ter acesso à saúde e à comida saudável, à educação de qualidade, à igualdade de gênero, à informação, à ter seus direitos políticos garantidos etc. A defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável se soma às reivindicações dos povos tradicionais e das populações vulneráveis, rejeitadas nas periferias, que clamam por uma moradia digna; questões que aparecem como prioritárias nas pesquisas desenvolvidas pelos antropólogos brasileiros nessa última década e que, pelo visto, continuaram ser prioritárias por um tempo.

Monsieur le Maréchal, le pays n'est pas avec vous [...]

NOTAS

¹ Disponível em: <<https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr.>>